

# Os recursos analógicos em textos metalinguísticos portugueses e espanhóis (séculos XVI-XIX)

Almerinda Maria Do Rosário PEREIRA

Universidad de Évora

## RESUMO

Os recursos analógicos, oriundos de uma Retórica Clássica, continuam a estar presentes no discurso científico das diversas áreas do conhecimento, umas vezes, como declarados utensílios à ilustração de ideias, outras, como discretos e amalgamados membros de denominações específicas. As metáforas, as comparações e as demais figuras de pensamento, usadas pela Linguística e por toda uma reflexão metalinguística anterior à sua génese, oferecem-nos, pela força das suas imagens, uma peculiar visão diacrónica desta área do saber que desabrocha na Península Ibérica, como por toda a Europa, com o nascimento das nacionalidades e a subsequente necessidade de fixação e de regulamentação das línguas vernáculas. É na senda destas imagens, interessantes retratos de um mundo em mutação, que desvelamos as preocupações dos especialistas ibéricos nos períodos anteriores à Linguística.

**Palavras-chave:** Personificação, metáfora, analogia, comparação, alegoria.

## Los recursos analógicos en textos metalingüísticos portugueses y españoles (siglos XVI-XIX)

### RESUMEN

Los recursos analógicos, oriundos de una Retórica Clásica, siguen formando parte del discurso científico de las distintas áreas del conocimiento, unas veces, como declaradas herramientas para la presentación de ideas, otras, como discretos y amalgamados miembros de denominaciones específicas. Las metáforas, las comparaciones y las demás figuras de pensamiento, utilizadas por la Lingüística y por toda una reflexión anterior a su origen, nos conceden, a través la fuerza de sus imágenes, una peculiar visión de esta área del saber que brota en la Península Ibérica, como en toda la Europa, con el apareamiento de las lenguas vernáculas. En la senda de estas imágenes, interesantes retratos de un mundo en mutación, desvelamos las preocupaciones de los especialistas ibéricos en los períodos anteriores a la Lingüística.

**Palabras clave:** Personificación, metáfora, analogía, comparación, alegoría.

## Les recours analogiques dans les textes métalinguistiques portugais et espagnols ( du XVI<sup>ème</sup> au XIX<sup>ème</sup> siècle)

### RÉSUMÉ

Les recours analogiques, issus d'une Rhétorique Classique, continuent à être présents dans le discours scientifique des divers domaines du savoir, soit comme outils fondamentaux à l'illustration d'idées, soit comme membres discrets de dénominations spécifiques. Les métaphores, les comparaisons et d'autres figures de pensée employées par la Linguistique, et par toute une réflexion antérieure à sa genèse, nous offrent, par la force de leurs images, une vision diachronique particulière de ce domaine du savoir qui

commence à se manifester dans la Péninsule Ibérique, comme partout en Europe, avec la naissance des nationalités et le besoin subséquent de fixation et de réglementation des langues vernaculaires. C'est sur la voie de ces images, portraits intéressants d'un monde en mutation, que l'on découvre les soucis des spécialistes portugais et espagnols dans les périodes antérieures à la Linguistique.

**Mots-clés** : Personnification, métaphore, analogie, comparaison, allégorie.

## **Introdução**

Se há na Linguística actual marcas de realidades pedidas de empréstimo a áreas de âmbito distinto, se há nela metáforas esquecidas do sentido literal a elas subjacentes, há, por outra parte, em toda uma actividade de reflexão metalingüística dos séculos anteriores ao surgimento daquela disciplina, o recurso a um elenco de tropos capazes de imprimir um colorido peculiar às ideias de gramáticos e académicos que contribuem para os avanços dos estudos acerca da língua, nesse longo período que medeia entre o reinado dos copistas e o dos computadores.

É nosso intuito apresentar, neste artigo, as imagens que, cúmplices do ornamento como da didáctica, servem de veículo às reflexões que preenchem a actividade metalingüística peninsular, desde que os primeiros intentos de gramaticalização dos vernáculos se fizeram notar; é nosso intuito, ainda, acompanhar, em simultâneo, as preocupações linguísticas dos sucessivos períodos, nos cenários cambiantes de um universo de homens em progressão.

Veremos como as personificações, num primeiro momento, concentrado na filiação das línguas e na corrupção do Latim, coexistem com aforismos e com comparações inspiradas na natureza ou nas actividades do homem renascentista, para serem substituídas, numa época posterior, por outras não menos proficuas, ou por analogias e metáforas sugeridas pelas ciências experimentais e pelos engenhos trazidos a lume numa cortesia da Revolução Industrial. Os breves contos, *anécdotas* ao jeito de exemplos, e as descrições fantasiosas dos textos que, com sabor a velho, circulam em letra gótica, dão lugar a representações cujos vapores são já prenúncio de uma nova época que anseia pelo desenvolvimento do espírito analítico de que irá socorrer-se a Linguística, no dealbar do século XX.

Reunimos as imagens que formam o colorido acima referido em três grupos: "Homem e sociedade", "Natureza", "Matéria e máquina". Estruturamos, a partir deles, o presente estudo, onde nos propomos descrever e analisar, sem pretensões de exaustividade, os recursos analógicos usados no discurso argumentativo de portugueses e espanhóis, ao longo de quatro séculos, não sem antes, porém, apresentar uma breve resenha das principais características discursivas dos textos produzidos nesse longo período.

## 0. A atitude discursiva

A intenção didáctica é, provavelmente, uma das principais características dos textos resultantes da intensa actividade metalingüística que, desde o princípio do século XVI, teve lugar na Península Ibérica como resultado da necessidade de codificar as línguas vernáculas, gramaticalizando-as, concedendo-lhes uma regulamentação gráfica e fixando o seu léxico em dicionários. Embora a intenção pedagógica não seja novidade da época (a Antiguidade oferece-nos numerosos exemplos desta preocupação), é compreensível que se agudize esta atitude, num período em que se considera urgente ensinar a língua aos falantes autóctones que precisam de uma norma, instruir as crianças ou colonizar povos em território alémmar – isto é, ensinar a língua aos *naturais*, a que se refere Duarte Nunes de Leão (Leão 1933 [157,1606]: 46), assim como aos *mininos das escolas* a que alude João de Barros (Barros 1540: 292), ou ainda aos povos que vão constituindo o *imperio*, como se pode depreender do célebre aforismo, do autor da primeira gramática castelhana, “siempre la lengua fue compañera del imperio” (Nebrija (1990 [1492]).

Esta preocupação dos autores, aliada a uma forte consciência do carácter imprescindível dos seus trabalhos, leva-os, com uma maior ou menor reserva, a catalogar as suas obras como obras de utilidade pública, de proveito comum. No prólogo da sua gramática, ao enunciar os benefícios da obra, Nebrija compara-se a Zenódoto e a Crates que lançaram a primeira pedra no edifício das línguas grega e latina. A assunção da mais-valia das suas obras não leva, todavia, os autores do Renascimento a prescindir de uma declarada modéstia, tópico que não se restringe aos escritos medievais. Por vezes, esta modéstia manifesta-se num elogio à pessoa a quem a obra é dedicada, normalmente um mecenas. É assim que vemos o mesmo Nebrija colocar todo o mérito do florescimento das artes (a língua incluída) e da paz nas acções promovidas pela rainha D. Isabel, a Católica: “I assí creció hasta la monarchía y paz de que gozamos, primeiramente por la bondad y providencia divina; después, por la industria, trabajo y diligencia de vuestra Majestad” (Nebrija 1990 [1492]: 112).

Mas o objecto de louvor dos autores de Seiscentos, e também dos da centúria seguinte, é, inequivocamente, a língua. A sua apologia (a *alabanza*, no caso espanhol) está em íntima relação com a promoção da nação. O veículo pelo qual o povo se exprime converte-se na marca da sua identidade; torna-se possessão de todos, razão pela qual o gramático usa, amiúde, o possessivo *nossa* a anteceder o vocábulo *língua*. Começa a esboçar-se o que anacronicamente podemos chamar de Linguística Comparada, porque se estreita a ideia do *outro* que contrasta com um *nós*, cada qual com a sua língua distinta, embora com traços que a origem comum não aniquila.

O louvor traduz-se num discurso marcado pela emotividade e pelo patriotismo, num registo frequentemente hiperbólico que antecipa os floreios do Barroco. Não nos parece, no entanto, ser esta emotividade, um tanto arrebatada, a justificação para o uso de frases excessivamente longas, dado que a intenção de brevidade dos

autores é, muitas vezes, anunciada. Antes nos parece este aspecto denotar uma sintaxe ainda na sua infância, mais vinculada à coordenação do que à subordinação.

A esta questão da apologia da língua podemos juntar uma outra, satélite da primeira, que se prende com a frágil objectividade dos textos. O preconceito ganha voz quando um João de Barros, por exemplo, diz que o francês e o italiano são línguas para mulheres, parecer que, emitido por um especialista, chocará o leitor contemporâneo, apesar de nele reconhecer alguma familiaridade com comentários leigos do seu tempo. A par do preconceito, surgem as fundamentações alicerçadas em argumentos, umas vezes, caricatos e forçados, outras, recorrendo ainda à mitologia e às ultrapassadas teorias dos Antigos.

A influência dos grandes nomes da Antiguidade Clássica verifica-se sobretudo nas citações que constituem um mecanismo de promoção dos textos, na medida em que ajudam a fundamentar uma tese e lhe conferem autoridade, ao mesmo tempo que promovem também os seus autores, assumindo-se como importantes indicadores da sua erudição. Um passado marcado pela ausência dos direitos de autor e pela livre intervenção dos copistas, permitia uma espontânea circulação de textos numa época em que o conceito de *aldeia global* estava ainda longe de ser inventado. Cita-se, muitas vezes de memória, Aristóteles, Quintiliano, Donato, Cícero, Varrão, etc. Um levantamento exaustivo destas citações colocar-nos-ia perante um resultado surpreendente, mas apenas enquanto não estabelecêssemos um paralelo com as listas bibliográficas que fecham os estudos dos especialistas contemporâneos.

Já no século XVIII, estas autoridades começam a partilhar o seu lugar com outras, mais ou menos contemporâneas dos autores dos textos; cita-se Descartes, Locke, Condillac ou Destutt de Tracy. Mas o século das Luzes, na Península Ibérica, é ainda, em certa medida, um século voltado para o passado. O Barroco publica obras com títulos desprovidos de sintetismo numa página tornada pesada pela mancha gráfica; traz também a lume prólogos sobrecarregados de analogias e de um elenco de salvaguardas que se antecipam a uma defesa de eventuais críticas; oferece, ainda, enunciados onde as historietas continuam a intervir como recompensa ao leitor que não sucumbe ao enfado de algumas passagens<sup>1</sup>...

As intenções didácticas dos séculos precedentes, por outro lado, ganham novo alento através dos grandes projectos reformistas levados a cabo de um e de outro lado da fronteira<sup>2</sup>. Do lado espanhol, destacamos Jovellanos, com o *Plan de*

---

<sup>1</sup> Tomamos como exemplo desta “atitude discursiva”, a obra de Raphael Bluteau, o *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728).

<sup>2</sup> Pretende-se que os falantes falem com Arte – *por principios e por razón*, como refere Benito de San Pedro (1769) – a sua língua materna, proeza que o uso, só por si, não consegue. O papel atribuído a esta Arte é tão importante que Diego Sánchez Molina chega a afirmar que, sem ela, o *mas delicado ingenio se quedará como diamante en el estercol* (1789), comparação que não pode deixar de provocar um sorriso no leitor moderno. Um Amaro de Roboredo, em Portugal, preconiza um ensino assente na língua materna dos aprendentes, linha que vamos encontrar num Francisco Sánchez de las Brozas, em Espanha.

*Educación de la Nobleza*, datado de 1798, e, do lado português, Luís António Verney, com *Verdadeiro Método de Estudar*, de 1746.

Relativamente ao louvor da língua – outrora privilegiando como forma de expressão os diálogos – este desagua num mar bem mais agitado de discussões. Numa época em que a língua vulgar, já matura, se afasta da sua mãe, proliferam as ortografias ávidas de mudança, os dicionários monolíngues (de pendor enciclopédico, num primeiro momento, e contendo sumárias informações sistemáticas sobre o uso, posteriormente), as gramáticas (filosóficas, seguidas das científicas) e os tratados, veículos de acesas polémicas que opõem estrangeirados e nacionalistas, revolucionários e conservadores, fonetistas e etimologistas, em suma, o novo e o velho.

Na passagem do século XVIII para o XIX, os dois países peninsulares, durante tanto tempo marcados pela Inquisição, abrem-se à influência francesa e deixam-se influenciar pela Filosofia, pela Lógica e pelas Ciências. O discurso metalingüístico abandona devaneios de outros tempos, procurando organizar-se metodicamente na busca, nem sempre lograda, de uma maior objectividade. Ainda assim, os recursos analógicos nele presentes constituem matéria de deleite para o leitor dos nossos dias quando, por exemplo, o académico Eduardo de la Barra nos conta a história de um orador de uma aldeia que, tendo pedido de empréstimo uma dentadura postiça a um vizinho, pronuncia, numa ocasião solene, palavras perturbadas pelo aparelho alheio (Barra 1897-1898), quando um Raphael Bluteau, na sua *Prosopopeia*, falando das grafias com letras duplas, se refere a elas como sendo monstros de duas cabeças (Bluteau 1712-1728), ou ainda quando um Eduardo Benot pergunta “quem poderá contar as estrelas?”, aludindo às infinitas possibilidades de combinações linguísticas (Benot 1910). O anedótico do episódio de Eduardo de la Barra, que denuncia o desajuste das grafias estrangeiras à pronúncia natural, e o inusitado da comparação de Raphael Bluteau, a lembrar horrores da mitologia, surgem ao lado de um poético Eduardo Benot que, longe de antecipar enredos da ficção científica, não obstante a infinidade das suas estrelas, adianta a ideia de economia linguística desenvolvida por André Martinet. Se os dois primeiros exemplos ilustram uma das maiores preocupações linguísticas dos dois últimos séculos do período em estudo, o terceiro encaminha-nos para uma importante linha de reflexão baseada na concepção, mantida até aos nossos dias, de que a essência última da fala não se encontra nas palavras isoladas, mas no sistema do qual fazem parte. Nas páginas que se seguem, abordaremos, pois, questões que nos são apresentadas por meio da agradável sugestão das imagens.

## **1. Homem e sociedade**

Ao abordarmos a figura humana e a sociedade na qual ela se movimenta, teremos necessariamente de privilegiar, como recurso analógico utilizado pelos gramáticos, a Personificação e reconhecer que as duas personificações mais produtivas do período sobre o qual nos debruçamos dizem respeito, nos primeiros

séculos, à atribuição do papel de mãe à língua latina e do de filhas, ainda donzelas, às línguas vernáculas; nos séculos posteriores, a atenção desvia-se para o uso, visto praticamente de modo consensual, como um legislador.

### 1.1. As relações de parentesco

Começemos por analisar a forma como as relações humanas familiares são exploradas no longo período em apreço. A personificação da língua latina e da vernácula (a castelhana ou a portuguesa) nas figuras de mãe e filha chega aos nossos dias com a mesma proficiência de então, realçando o parentesco entre os idiomas irmanados numa origem comum. A escolha de figuras femininas como figuras da fecundidade revela-se eficaz na ilustração da capacidade geradora das línguas. Por outro lado, a referência ao grau de maturidade em que se encontram estas figuras é elucidativa do prestígio de cada um dos idiomas; denota uma condição de superioridade do Latim em relação à língua vulgar, superioridade que alguns reforçam socorrendo-se também da menção à condição social de cada uma das figuras. A língua latina é, deste modo, a princesa das línguas e a língua vulgar é uma “niña que aún le faltan los pechos” (Alemán 1609: 30). Os primeiros passos desta última – entenda-se, a castelhana – no tempo “del mui esclarecido y digno de toda eternidade el Rei Alfonso el Sábio” fazem dela rapidamente uma companheira do império (Nebrija 1990 [1492]: 12). O autor da primeira gramática castelhana apresenta-nos, nesta ocasião, exemplos da forma como as línguas nascem, crescem e sucumbem, apoiando-se na história do Hebraico, do Grego e do Latim. Urge, na perspectiva daquele gramático, fazer uma gramática da língua castelhana que, estando agora no auge, corre o risco de declinar se nada for feito para a regulamentar.

Teremos de esperar pelo século XVIII para, em matéria de filiação das línguas vulgares à latina, ver surgir, ainda que de modo pouco recorrente, o conceito de “gémeo”, aspecto sintomático do aprofundamento cada vez maior de um estudo comparativo das línguas. Não se tratará já de saber que as línguas vulgares são irmãs ou de indagar acerca das semelhanças que mantêm com a língua-mãe; será necessário, sim, averiguar, no seio desse parentesco, o grau de maior ou menor proximidade entre elas. No século XIX, assiste-se aos alvares de uma nova área do conhecimento: a Linguística assente num método histórico-comparativo.

As relações de parentesco são aproveitadas também para ilustrar as conexões entre as diferentes classes gramaticais. O matrimónio do nome com o pronome é, na Gramática de João de Barros, de 1540, o exemplo de uma metáfora feliz: a representação de um elemento por outro perante a sociedade é apanágio daqueles que se casam e vivem em comunhão; se entendermos o matrimónio no sentido católico de união de duas pessoas numa só, a metáfora é ainda mais válida. O autor aprofunda-a, quase ludicamente, desmontando toda uma hierarquia das classes ao convertê-las em peças de um jogo de xadrez. É assim que vemos de perto o matrimónio do pronome e do nome na figura da dama e do rei cujo protagonismo é partilhado com o de outro rei que o gramático diz ser o verbo. A excelência das figuras representadas por estas duas peças ilustra a capacidade das categorias

gramaticais em causa na gestão de orações, anunciada, de resto, desde logo, por Fernão Lopes que vê – conforme salienta Maria Leonor Buescu (1983) – nas duas classes os *fundamentos de todo o discurso*. O tabuleiro do jogo de xadrez de Barros contempla ainda outras classes ou, em conformidade com a terminologia da época, “outras partes da linguagem”, convencionando, assim, a existência de mais sete além do verbo e do nome:

Cada um destes reies tem a sua dama: â do Nome chamam Pronome e à do Verbo, Advérbio. Participio, Artigo, Conjunçám, Interjeçám, (Preposiçám<sup>3</sup>) sam peças e capitães principáes que debaixo de sua juridiçám tem uma pionágem de dições, com que comumente servem a estes dous poderosos reies. (Barros 150: 294)

João de Barros mantém as oito partes da gramática latina mas acrescenta-lhes outra: o artigo cujo nome diz derivar do termo que em grego designa o artelho<sup>4</sup>. Esta nova classe vai suprir a perda dos casos das declinações latinas em parceria com uma ordem mais rígida dos elementos na frase. É, provavelmente, a este rigor que o autor se refere quando fala em “peças postas em casas próprias e ordenadas, com leis do que cada ua deve fazer” e, neste sentido, a metáfora torna-se ainda mais rica.

Entre a ideia de matrimónio e a de maternidade, a que temos vindo a fazer referência, encontramos, do lado espanhol, a de linhagem associada ao género (Villalón 1558), ligação que ousamos colocar em paralelo com a que a distribuição cromossomática estabelece com a identidade do indivíduo. O paralelismo não é inusitado se atendermos ao facto de que o género é visto como o portador dessa linhagem e de que a origem desta está, segundo as palavras do autor, no macho e na fêmea.

## 1.2. As roupagens

Associadas à figura humana estão também as formas de vestir, metáfora com uma certa tradição a que recorrem autores como Bernardo Aldrete, João de Barros, Juan Villar e Juan Antonio Gutierrez para designar os vocábulos novos que chegam às línguas. Depois de citar Varrão, o primeiro refere que assim como os olhos se alegram de ver vestidos novos e lhes desagrada ver os velhos, também os ouvidos sofrem da mesma condição e têm gosto em ouvir vocábulos novos (Aldrete 1606). Preferências à parte, o gramático português conclui, com toda a objectividade, que a variedade de tantos trajes é o resultado da acção dos tempos (Barros 1540), o que enlaça com a visão da língua como uma corte universal de dicções, feita de uma diversidade de trajes indicadora da procedência de cada vocábulo (Palafox y Mendoza, 1679).

---

<sup>3</sup> Utilizamos o parêntesis porque, provavelmente por lapso, o autor não menciona esta parte no excerto em causa, mas numas linhas abaixo.

<sup>4</sup> *Arthon* designa “artelho” em grego. Estamos perante uma interessante analogia. A junção de nervos que sustém o corpo é equivalente à junção do artigo aos casos capaz de suster a oração.

A metáfora dos trajes torna patente a concepção de que os vocábulos têm uma face material concretizada pelo som, pela pronúncia, e tornada acessível à visão pela grafia. Ora, a atenção dada à forma não poderia encontrar melhor paralelo do que este, uma vez que os trajes fazem parte da aparência, embora possam ser também indicadores de algo que esteja para além dela. Com efeito, a metáfora transmite-nos que tal como através dos trajes nos damos conta da evolução da moda e dos costumes através dos tempos, assim nos damos conta da evolução de uma língua por via das mudanças e das novas formas que nela se vão incorporando. Mas a variedade de trajes não é meramente um indicador das alterações operadas no tempo: ela dá-nos também conta das variações diatópicas, e o homem do século XVIII, atento aos diferentes usos e, por conseguinte, à dialectologia, está ciente da importância dos trajes a esse nível: é no uso que se inserem as “diferentes voces escritas de vários modos, para que con el traje se conozca cada una de donde es” (Rós, 1732).

Desviando a atenção dos trajes para os remendos, o autor de *Corte da Aldeia*, depois de um longo elogio à língua portuguesa, refere que esta só tem um mal: “pelo pouco cuidado que lhe querem seus naturais, a trazem mais remendada que a capa de um pedinte” (Lobo 1991 [1618]). Não sabemos exactamente o valor destes remendos<sup>5</sup> de Rodrigues Lobo, mas não nos parece poderem beneficiar de uma conotação menos pejorativa (ou de todo isenta dela) como a lograda pelo vocábulo “retalhos”, seu sinónimo.

### 1.3. As actividades do Homem

Ocupemo-nos, em seguida, dos ofícios desempenhados pelo Homem para encontrarmos neles um paralelo com a actividade da língua. Um confronto interessante é, do nosso ponto de vista, o que Mateo Alemán estabelece entre uma fundição de fabrico de vasos e o aparelho fonador:

(...) lo que un platero que quiere fabricar un vaso de plata, ò de otro cualquier metal. A se prevenir de forja, en que fundirlo i vasiarlo, de fuellas, con q avivar, la lumbre, los hierros, martillos i otros instrumentos, con que labrarle, hasta dejarlo en toda perfección acabado. Estos oficios hazen la boca, respiración, lengua, paladar, dientes i labios huyendo las letras (...) (Alemán 1609: 17)

Tal como a respiração, a boca, a língua e os dentes produzem a dicção, o lume, os ferros e os martelos fabricam o vaso de metal. Uma leitura mais atenta da obra de Alemán chama-nos a atenção para a importância que o autor atribuiu ao que chamamos hoje de zona da respiração e de zona da articulação, parecendo o autor, no entanto, ignorar uma zona igualmente importante: a da fonação. Efectivamente, convencido da utilidade dos órgãos articuladores, refere-se também ao valor da força, referência que se traduz naquilo a que chama “percurción del aire del

---

<sup>5</sup> Para Duarte Nunes de Leão (1576, 1606) os “remendos” são, efectivamente, vistos de modo pejorativo. Tratam-se de abreviaturas que servem para *remendar a escritura que pode ir limpa e inteira*.



pulmón”, o sopro fónico, que anteriores gramáticos denominam, deliciosamente, de *espírito*.

Inserindo num contexto distinto a metáfora da forja, Duarte Nunes de Leão (1576-1606) parece preocupar-se com outra dimensão da língua, menos física, ao fazer da corte a oficina onde os vocábulos são forjados. Assim justifica que a língua de Portugal se tenha *avantajado* à da Galiza, onde não havia corte<sup>6</sup>. Não nos deve surpreender que a língua, por ser tão virtual, seja assim, na metáfora da oficina, associada ao artesanal e ao mecânico. Tão-pouco nos devemos surpreender que, sendo algo tão natural, se sintonize com o forjado e com o trabalhado. Nesta época, o conhecimento da língua no que tange estes dois aspectos é ainda diminuto. Também a actividade musical serve de analogia a Duarte Nunes de Leão quando este refere, na mesma obra, que não basta saber-se as letras para se ser chamado de Letrado: é fundamental saber *regê-las e ajuntá-las*. Caso tal não aconteça, causar-se-á uma dissonância similar às provocadas pelos músicos quando tocam as cordas que não devem. Esta aproximação da língua à música é perceptível, aliás, em autores portugueses e castelhanos, tornando-se evidente a importância da correlação língua/música. Mateo Alemán (1606) oferece-nos um ponto de vista bastante abrangente em relação a esta questão da música, ao concluir que não há nada criado sem ela.

Este autor serve-se também da metáfora da pirataria a fim de apelar para a necessidade de a língua de Espanha recuperar o caudal perdido com a destruição das Espanhas. Mas tal metáfora alcança um significado mais valioso quando se aparta do pirata e se foca no tesouro ao qual a língua se compara. Ela é tesouro feito de letras que, por sua vez, são riquezas e armas. Juan de Luna (1623), numa interessante visão do uso feminino da palavra, afirma mesmo que a língua é a arma da mulher em tempo de guerra, sendo a sua formosura a sua arma em tempo de paz. A imagem do tesouro é também usada por Duarte Nunes de Leão (1576-1606), quando refere que as letras são tesouro e custódia das palavras; será também usada mais tarde por Bluteau, mas é Sebastián Covarrubias que lhe dá projecção ao intitular a sua obra mais emblemática de *Tesoro de la Lengua Castellana o Española* (1539-1613).

---

<sup>6</sup> Ainda que seja inegável o apagamento do galego até aos nossos dias – apagamento justificável também por outros aspectos como a localização geográfica, uma actividade eminentemente rural, a ausência de investimento industrial, o reduzido número de intelectuais, a ausência de uma legislação mais proteccionista em termos de língua e o preconceito com que os próprios falantes encaram a língua – a produção filológica a esse respeito, durante o período que aqui abordamos, é marcada também pelo apagamento, sobretudo no que concerne a produção lusa. Um especialista contemporâneo português explica do seguinte modo essa ausência de produção filológica: *para os autores dos séculos XVII e XVIII, o galego era uma recordação a desvanecer-se, sem pertinência coeva e sem futuro que justificasse menção em obras utilitárias como as suas* (Castro 2002: 9-10). E acrescenta, apoiando-se em Vasconcellos e Neves Pereira: *Mas talvez esse esquecimento seja preferível aos insultos proferidos pelo Padre António das Neves Pereira que (...) não encontrou melhor forma de elogiar o Padre António Vieira, o grande orador sacro do século XVII, que dizer dele o seguinte: “a este insigne senhor devemos o ter a lingoagem mais expurgada das antigas fezes do dialecto Galiziano, que a cada passo se acha mistura nos authores, que lhe precederão”*.

Entre tesouros e piratas, permitimo-nos um parêntesis para introduzir a questão da corrupção do Latim, provavelmente a maior metáfora das reflexões linguísticas do século XVI, se admitirmos que, segundo os dicionários, o significado literal do conceito – “putrefacção”, “perversão” ou “desmoralização” – só pode aqui ser entendido por via da conotação. A concepção de que o Português e o Castelhana são o resultado de um Latim corrompido é transversal a todos os estudiosos do Renascimento. Limitamo-nos a apresentar, muito sucintamente, o que Nebrija e Duarte Nunes de Leão, nas obras já mencionadas, pensam sobre esta questão. O primeiro refere que “la lengua castellana no es otra cosa sino latín corrompido” e que o declínio do império romano e o “caducar” da língua latina foram processos simultâneos. O segundo identifica como culpados no processo de corrupção do Latim os povos bárbaros que sucederam aos romanos e especifica os diferentes tipos de corrupção. Interessa-nos compreender o alcance da metáfora contida na palavra *corrupção*. Em primeiro lugar, dela emana uma áurea negativa útil na pintura de um fenómeno considerado como algo de inaceitável pelos especialistas da época, não só porque as novas línguas vernáculas advêm do Latim vulgar, considerado inferior, mas também porque toda a mudança é vista pejorativamente. Em segundo lugar, porque a corrupção, residindo numa acção ilícita e, por conseguinte, condenável, coloca dificuldades em definir os culpados a arguir e em compreender o início de um processo marcado pelo silêncio. O mesmo se passa com a corrupção do Latim. Seguramente, não teremos uma data rigorosa para compreender quando começaram as mudanças. Muito menos poderemos avançar para a identificação do “transgressor”, pelo simples facto de que o grande responsável por essa “transgressão” é o *uso*.

#### 1.4. As instituições sociais

Época de querelas entre defensores de uma linha fonetista e de uma linha etimológica na ortografia, o século XVIII é protagonizado pelo uso que Antonio Bordazar de Artazu vê, de facto, como um transgressor:

Yo no sé que hierro de la multitud pese mas que el oro de la razon: i con licencia del vulgo, o comun, muchas veces ha tomado cuerpo una impostura con el “todos lo dicen”, i se ha desvanecido como aereo esse cuerpo de todos, averiguando que son muchísimos menos, i después mui pocos (Artazu 1730: 121).

Defensor da etimologia na ortografia, Bordazar de Artazu aconselha que se siga os homens de autoridade, não o vulgo. A escolha do ferro para designar os usos da multidão é produtiva na medida em que acentua o fraco valor que o autor atribuiu a esse uso (por oposição à razão, conotada com o ouro), ao mesmo tempo que põe em evidência o peso das “vozes” da multidão. A transformação do ferro num corpo aéreo transporta o uso para o patamar da virtualidade tornada impostura pelo autor. Mas é na mudez com que Yriarte (1737) vê essas “vozes” que reside a ideia de transgressão silenciosa enunciada no ponto anterior. Avancemos com a observação do modo como os cargos atribuídos ao homem, no seio de uma sociedade hierarquizada, foram sendo aproveitados para a exposição da matéria linguística.

Continuemos com a figura do uso, cujo papel se foi confundindo com o de um legislador, o de um juiz ou o de um árbitro. A metáfora melhor conseguida a este respeito é, provavelmente, aquela que vê uma Monarquia Constitucional na articulação do uso com a Academia:

Yo no veo en la Academia y el Uso dos poderosos antagónicos, sino, por el contrario, dos autoridades perfectamente compatibles, dentro de su esfera cada uno, algo como una monarquía constitucional, en la que la primera representa la corona y el segundo el pueblo. (Escrache y Mieg 1889: 66)

Para o Homem dos séculos XVIII e XIX, a governação de uma nação centrada nas mãos de um rei inspirado divinamente deixa de fazer sentido; a mudança do regime antigo para o moderno traduz-se numa humanização da política retirada das mãos divinas e entregue à sociedade que progressivamente se laiciza. Governa-se por representação e por delegação do povo: assim se organizam as nações europeias a partir do exemplo francês de 1791, data em que se jura a primeira Constituição Francesa e se cria uma Monarquia Constitucional. O rei, outrora todo-poderoso, passa a ser “refém” da Assembleia Legislativa. O seu poder executivo ocupa uma parcela menor da Monarquia e a sua função torna-se meramente reguladora e quase simbólica. O Rei é a Academia e a Assembleia Legislativa é o Uso. O autor defende que o povo deve ser escutado e que a autoridade da coroa não pode ser quebrada. Afastamo-nos assim de um uso transgressor para encontrarmos um uso em sintonia com a autoridade.

Numa época de mudanças sob o jugo desta Assembleia Legislativa, as atenções voltam-se também para a ortografia que para uns é necessário reformar de acordo com a pronúncia, e para outros, restaurar de acordo com a etimologia. Pela mão de Raphael Bluteau (1712-1728), uma ortografia entre estas duas realidades ganha contornos humanos quando, na *Prosa Apologética*, dela se compadece ao apresentá-la gemente e desfigurada. Por não ter leis que a protejam, a ortografia é desfavorecida pelos compositores, estropiada pelos amanuenses, pisada pelos impressores e aniquilada pelos ignorantes. Não é filha de reis, mas é imperatriz e o seu vasto império é pintado com o rigor de um surrealismo ainda por vir:

Teve esta Emperatriz em cada folha hum throno, em cada paragrafo uma Provincia, em cada livro um Reyno; nos apices tem Coroas, nos parenthesis Castellos, e nos pontos limites; em lugar de pyramides tem obeliscos; os asteriscos são as Estrellas, que nas terras da sua jurisdicção dominão. (Bluteau 1712-1728: 173)

As querelas em que andou envolvida a Ortografia, essa imperatriz a que Bluteau também chamou de Amazonas, levam-nos às camadas inferiores da pirâmide social, habitadas por todo um séquito de serventes e de *personas non gratas*. Às funções servis foram convocadas ao longo dos séculos as letras, uma classe votada à escravatura, no dizer de Rodrigues Lobo (1991 [1618]): *a escritura não é mais do que uma escrava e servente das palavras*. Umas são tratadas com carinho – o < C >, referido por Mateo Alemán (1609) como um velho criado –; outras são expostas

à discriminação – o < K >, referido pelo mesmo autor como um intruso –, ou convidadas aos desterro – as letras dobradas, por Luís António Verney (1949 [1746-1747]) –; mas nenhuma terá tido uma exposição tão forte às críticas de homens sedentos de esclarecimento como a letra < H >. Uns julgam-na pela aparência: por ter duas aberturas não pode emitir nenhum som ao contrário do grafema < A > que, tendo apenas um orifício, pode emití-lo, tal como o trompete (Bonet 1620); outros consideram-na um ministro das vogais, como é o caso do autor anónimo da *Gramática de la lengua vulgar de España* (1559), e outros, ainda, o mais bastardo de todos os bastardos<sup>7</sup>, um elemento que *no sirve sino de confusion, y de oscurecer la noble y clarísima Lengua Castellana* (Aumente 1770). Numa síntese das questões levantadas em torno do < H >, uma especialista portuguesa dos nossos dias diz o seguinte:

Mas é como sinal diacrítico que esse signo gráfico controverso, ambíguo e polivalente, chamado inútil e ocioso, mas multivocamente utilizado, imposto pelo uso mesmo quando diacronicamente injustificado e sincronicamente prescindível, vai ocupar na fisionomia ortográfica do português e – de modos diversos – nas outras línguas recém-codificadas, um lugar específico. (Buescu 1983: 130)

A partir do século XVIII, também os excessos cultistas são alvo da antipatia dos que se dedicam à actividade metalingüística. Feijoo, na *Justa repulsa de iniquas acusaciones*, datada de 1749, sublinha, com uma nota de humor, que um estilo marcado por esses excessos é um estilo cheio de verrugas. Trata-se de uma analogia bastante ilustradora do fenómeno, uma vez que é através da imagem de uma irrupção da pele que o autor chama a atenção para a futilidade de determinados arranjos no plano da forma, da aparência, ou, para nos sintonizarmos com a analogia, da epiderme linguística. Os excessos cultistas – *orgía barroca*, segundo Lázaro Carreter (1985 [1949]) ou *delírios metafóricos* para Capmany (1991) – fazem parte de um estilo que, na perspectiva de Feijoo, serve perfeitamente a extravagantes, como se as suas verrugas – permitimo-nos a anacronia – fossem *piercings* dos nossos dias. Com as suas palavras terminamos este ponto, mas voltaremos à questão dos excessos no ponto 3.3.

De este modo lo que logró [Soto] fue hacer un estilo que da asco, lleno de verrugas, costras, diviesos, torumbones y cobanillas... Sin embargo, todo esto es bueno para payos y tontos, que tienen por gala de la pluma esta suciedad del idioma. Pero, si Dios no le dio habilidad para más, ¿qué pudo hacer el pobre sino suplir la elegancia

<sup>7</sup> Os bastardos são colocados ao lado dos padraos, num longo título de uma obra, datada de 1770, de D. Domingo Antonio Rodrigues Aumente que dá lugar a uma terceira entidade em jeito de hiperónimo das primeiras: as *superfluidades* da língua. Para o autor, todas as consoantes são letras bastardas porque só na sua união com as vogais ficam dotadas de som. As vogais, filhas legítimas das letras, são também princesas e rainhas na óptica do autor porque são cabeça, mãe, raiz e fonte de onde nascem as outras. A anteposição das consoantes às vogais é, para ele, uma infâmia comparável à sobreposição de um vassalo a um rei, daí que o < H > seja alvo de tanta antipatia.

que le falta con la extravagancia que le sobra? (Apud Lázaro Carreter 1985 [1949]: 220)

## 2. Natureza

O carácter natural das línguas justifica que se conceda alguma atenção a este ponto. Marcados por um catolicismo fervente, os dois países ibéricos, que através da língua e da fé colonizaram o mundo, continuam a evocar o Criador, ainda no século das Luzes, mas é na obra da criação, a Natureza, que encontram inesgotável objecto de decalque para a ilustração das suas teorias.

### 2.1. A árvore

A imagem da árvore parece-nos contar a vida dos esquemas, diagramas e gráficos que hoje se nos afiguram despídos de folhagens e desenhados pela tecnologia. É sabido que esta imagem foi ao longo dos séculos aproveitada por todas as áreas do saber, não sendo excepção a Linguística: prova-o a influência dos modelos vindos da Biologia e da Botânica nas ideias oitocentistas. O conceito de “lei fonética” dos neogramáticos, as árvores sintácticas da Linguística Generativa, ou as representações em árvore da genealogia das línguas constituem exemplos dessa representação arbórea.

Não sendo nosso propósito analisar aqui ilustrações e iluminuras das obras linguísticas do passado, aconselhamos, no entanto, a consulta da selecção de árvores feita por Maria Leonor Buescu na obra *Babel ou a ruptura do signo* de que já citámos um excerto. Nela encontramos a *árvore da gramática*, de João de Barros, presente na *Grammatices Rudimenta*, um manual incompleto de ensino de verbos, datado de 1538. A base do seu tronco confunde-se com um trono onde está sentada a mulher que personifica a gramática. Numa posição ascendente, ainda no tronco, encontramos as *letras*, depois as *silabas* e, finalmente, a *dicção*. A semelhança do que vimos na metáfora do jogo de xadrez, o *nome* e o *verbo* continuam a ter uma posição de destaque, uma vez que os ramos superiores são ocupados pelas figuras que eles representam.

A progressão das letras até à dicção é acompanhada por um número considerável de autores que, sobretudo nos séculos XVI e XVII, se preocupam com a fisionomia das letras, com a sua pronúncia e junção. A leitura é uma aprendizagem que assenta num método próprio similar a um passeio na floresta com o intuito de compor um ramalhete:

Leer es buscar cosas diferentes, y cogerlas cada una, de su lugar: y juntarlas y componer un todo dellas. Assi andando por una floresta, el yr cogiedo flores, de diferentes puestos, y el juntalas, en un remillete (Sebastian Presbytero 1619).

Não estamos já perante uma árvore, mas perante uma floresta, local que, por estar dotado de misteriosa densidade, serve perfeitamente o propósito do autor:

mostrar que a aventura da leitura se constrói no caminho de um esforço com prazer, não se atingindo resultados imediatos.

Para o autor anónimo da *Gramática de la vulgar lengua de España*, a imagem da árvore é explorada não desde o seu tronco mas desde a raiz, para explicar em que consiste a etimologia:

es la segunda parte de las reglas de bien hablar, cuya fuerza consiste en mostrar la origen i descendencia de la palabra, es a saber, que raiz tienen, que fuerças, quantos ramos, que hoja, que flor, i que fruta llevan. (...)

## 2.2. As folhas das árvores

Uma fortuna não inferior teve a metáfora da queda das folhas das árvores no Outono. Mas a metáfora, que não é original dos séculos em estudo, vem já de Horácio: “At sylvae follis pronos mutantur in annos/ Prima cadunt, ita verborum vetus interit aeta, / Et iuvenum ritu florent modo nata, vigentque” (Leão 1983 [1576-1606]: 196). Fácil será deduzir-se que a língua está sujeita a uma caducidade que só poderemos entender à luz de uma concepção daquela como organismo vivo que, exposto às leis da morte, é também contemplado com o privilégio de uma renovação sazonal, pois nele habitam os vocábulos, que servindo as sociedades, se adaptam a tempos compostos de mudança.

A coabitação de vocábulos novos com velhos gera, nos séculos seguintes, alguma polémica entre os defensores das importações lexicais e os defensores dos arcaísmos. A polémica parece, também, instalar-se no seio das ideias de um mesmo autor, contradição que devemos aceitar se atendermos ao facto de estes homens terem vivido numa época de transição entre um paradigma antigo e outro aberto às contribuições de um vizinho hegemónico. O critério da antiguidade aplicado às palavras é utilizado por um Bluteau como forma de as valorizar já que, para ele, as mais antigas são como anéis mais chegados à pedra íman. Nas suas palavras encontramos um paralelo com o que, mais tarde, anunciará Francisco José Freire:

As palavras dos antigos são luzes imanadas do sol da verdade e as palavras de hoje são fâscas, relâmpagos, trovões (...) (*Decisoens Academicas de Palavras Portuguezas*, Bluteau 1712-1728: 5).

As palavras que floresceram reinantes no tempo de Barros e de Vieira murchar na idade presente. (Freire, *Reflexão 2ª* 1842: 22)

Se em torno dos vocábulos usados pelos autores – *relâmpagos*, *trovões* e *murchar* – encontramos uma certa concepção trágica das palavras do presente, consideradas na sua efemeridade, e, com ela, uma inclinação para a recuperação do arcaísmo, defrontamo-nos também, por outro lado, com a consciência tão sóbria quanto resignada de que essa recuperação nem sempre se revela pertinente no contexto das necessidades linguísticas dos falantes. Assim, para Bluteau, as palavras antigas podem não servir na construção de palácios modernos, embora as suas ruínas sejam dignas da veneração da posteridade; para Francisco José Freire, as

vozes “já fastidiosas e decrépitas” não contaminam o falar puro e correcto graças ao uso que é árbitro das línguas vivas.

O arcaísmo torna-se na marca da decadência a que está sujeita qualquer língua, decadência descrita como um fenómeno “por su naturaleza lento y pausado, como lentos y pausados son el órden fisiológico, el crecer, el nutrirse, el envejecer, el extinguirse en la decrepitud” (Monlau 1863: 22). No arcaísmo reconhece o autor destas palavras uma lufada de *aire de familia* que deve fazer parte da erudição do leitor contemporâneo, mas tal não significa que sobre o arcaísmo privilegie o uso do neologismo. Pelo contrário, é do equilíbrio destas duas forças que se sustém o corpo da língua: é conveniente evitar abusos que produzam uma *congestion peligrosa*.

### 2.3. A fertilidade

A questão da fertilidade engendra ainda importantes símiles, contribuições úteis para estas impressionistas pinceladas sobre o papel da natureza no discurso metalingüístico.

Voltando a Raphael Bluteau, no prólogo do seu *Vocabulario* refere o autor que cada folha do dicionário é um campo aberto, cultivado para produzir erudições e fertilizar engenhos. Retoma-se aqui um dos tópicos defendidos por muitos gramáticos e lexicógrafos: o da busca dos vocábulos (de fertilidade inesgotável) capazes de reflectir o auge<sup>8</sup> da língua.

No carácter inesgotável de outros campos não acredita, porém, um Jovellanos que, ao apoiar-se na mesma imagem, critica a ânsia de alguns dos seus contemporâneos em “desenterrar” as línguas da Antiguidade Clássica, cujas realidades já haviam sido ultrapassadas pelas das línguas vulgares.

Mas al cabo de tres siglos de estudio y trabajo en desenterrar esos tesoros; después que los fértiles campos de la antigüedad están ya no sólo segados, sino espigados y rebuscados: después, en fin, de que las lenguas vulgares, enriquecidas también y pulidas se han engrandecido (...) ¿será justa la preferencia que damos en el estudio de las humanidades a las lenguas muertas, en perjuicio y con abandono de las lenguas vivas? (Apud Lázaro Carreter 1985 [1949]: 180).

Numa época de reformas do Ensino, de renovação das Letras e de emergência das Ciências, começa a aceitar-se que o engrandecimento das nações já não está na imitação, mas na criação. Essa força criativa, essa fertilidade situa-se em França, de onde jorra o líquido nutritivo das plantas que é substância para as Letras dos outros países, ainda que se desdenhe do seu valor vital:

Sólo Francia celebra: es su momento. Se ha alzado con la antorcha intelectual, y su luz deslumbrante al continente. (...) Y mientras se combate a Francia, se le odia, se clama contra los vecinos, su savia va empapando todas las zonas de la cultura (Lázaro Carreter, 1985 [1949]: 66)

---

<sup>8</sup> Esta crença atravessa grande parte do período em estudo. Só no século XIX, com a Linguística Comparada, tal engano será superado.

À seiva, como alimento das línguas, se referira um Canalejas que explica que as línguas têm uma circulação interior e que tal circulação depende da actividade moral, intelectual, política e religiosa. Para ele, os povos que carecem dessa actividade vêem as suas línguas privadas dessa seiva:

Las lenguas de los pueblos carecen de la circulación interior, de la savia que lleva a sus multiplicados troncos, a sus innumerables ramas, a sus infinitos tallos, la inspiración del espíritu, que se ha de traducir en el color y en la fragancia de las flores (Apud Mourelle-Lema 1968)

Voltamos, deste modo, à imagem da árvore com que demos início a este ponto, vislumbrando através dos seus troncos, ramos, caules e flores a intervenção do espírito.

#### 2.4. Os seres vivos

Daríamos uma incompleta visão da presença da natureza, nos textos dos autores em apreço, se não referíssemos, ainda que sumariamente, o modo como a imagem dos seres vivos foi utilizada em algumas ocasiões. Conscientes de que a língua, por influência das descobertas, se vai enriquecendo, os gramáticos do Renascimento têm também consciência de que as línguas vulgares haviam assimilado vocábulos das línguas que as precederam.

Neste sentido, Mateo Alemán, o mesmo autor que compara a língua castelhana a uma menina impúbere, é também capaz de a comparar a uma *graja* vestida com *plumas de pavon*, salientando que, se as línguas lhe retirassem o que ela roubou, voltaria a ser uma “graja” (Alemán 1606: 37). A escolha destas aves é, com efeito, bastante representativa do prestígio que o castelhano alcançara. A figura da gralha, que associamos ao “palrar”, oferece-nos uma visão do que a língua foi na sua origem: uma língua infantil, porque incipiente e falada em espaço ainda restrito. Quanto à imagem do pavão, esta é também metaforicamente rica pela diversidade de tonalidades das suas plumas; ora, assim é também a variedade de influências (as de substrato incluídas) presentes na língua castelhana. Por outro lado, a vulgar associação da figura do pavão ao exibicionismo humano adapta-se perfeitamente à “personalidade” que vai assumindo a língua vernácula ao ponto de nos questionarmos se haverá vaidade nesta nova língua-pavão? Seguramente que sim, e os diálogos em torno da defesa dos vernáculos, tão abundantes na época de Alemán, são dela testemunho.

Ainda no que diz respeito à naturalidade das línguas, atrás referidas, concluímos este breve ponto com o que diz um Eduardo de la Barra que, ao acusar os reformistas do Renascimento de terem abafado com o manto do artifício e da erudição o impulso espontâneo da língua para a mudança fonética, refere não haver corrupção onde ele só vê naturalidade. Surpreendendo as criaturas nos seus labores quotidianos, diz-nos que estas, embora não constasse que alguma vez tivessem assinado qualquer contrato social, empreendem a mudança em seu torno: a *araña teja* su tela, a “abeja labra su panal e o pajarillo canta sus amores”. (Barra 1897,1898: 12)



### 3. Matéria e Máquina

Os séculos XVIII e XIX são marcados por uma série de invenções técnicas que, aplicadas à indústria e aos transportes, dão início à Revolução Industrial. Numa época em que a Península Ibérica recebe as influências de além-pirinéus, a adopção, no âmbito das reflexões linguísticas, de analogias com o mundo das técnicas e das ciências experimentais, assim como o uso de vocábulos específicos dessa realidade nascente, orna o discurso dos especialistas de imagens marcadas pela atracção do mecanicismo e pela procura de um qualquer absoluto.

#### 3.1. A Física e a Química

A Física faz, desde logo, a sua aparição pela mão de um Benito San Pedro (1769), que incentiva os gramáticos a imitarem os físicos. Só reduzindo, como estes, a um princípio comum diferentes experiências e sobre elas fundando um sistema, se abrevia o caminho do *entendimiento*. Já Mariano de Rementeria (1843:6) compara o estudo do puramente gramatical ao da Anatomia, ao dizer que o especialista com “el escapeleto en la mano va dividiendo y separando las partes que constituyen al hombre en el estado de cadáver para encontrar los principios vitales en su estado de salud”; assim nos esclarece que as regras, em si mesmas áridas e secas, acabam por ser um veículo para a descoberta das belezas da língua. Para Eduardo Benot (1888), as fórmulas da Química são o justo *orgullo del siglo*. Explica que em toda a desorganização linguística, vale dizer, o processo de passagem de uma língua a outra, desaparecem as propriedades especiais que possuíam os elementos quando organizados de outro modo:

Analicemos el agua: oxigenio y hidrogenio, que son elementos gaseosos, ya no serán líquidos, ni vaporizados, sino que ofrecerán nuevas propiedades que el agua no tenía: corburencia i combustibilidad. (Benot, 1888: 70)

O Castelhana não é já um Latim corrompido, nem sequer é visto como uma língua inferior: ganhou novas propriedades. Assinala-o também Feijoo (1726), que recusa o termo *corrupção*, fazendo igual paralelo com as *cosas físicas* quando salienta que a passagem da *materia* de uma forma a outra resulta num *nuevo compuesto*. Acrescenta que a nova língua pode ser mais *copiosa*<sup>9</sup> ou mais *elegante* do que a anterior, como seria o caso do castelhana.

O mesmo autor que diz orgulhar-se da Química é também um conhecedor das leis da Física ao comparar a *potencia elocutiva* com a força motriz do vento e da água. No entanto, a metáfora teria sido, a nosso ver, mais eficaz se tivesse sido

---

<sup>9</sup> Entende-se por “copiosa” a língua com abundância de vocábulos. Numa época em que a sinonímia se torna uma área de peso, a possibilidade de múltiplas escolhas lexicais converte-se num critério de comparação das línguas. Os anteriores, marcados pela subjectividade, tendem a desaparecer. Recordemos o que diz João de Barros no ponto zero deste artigo e façamos um paralelo com as palavras de Carlos V que considera o inglês uma língua para falar com pássaros, o alemão com cavalos, o francês com homens, o italiano com damas e o espanhol com Deus (Capmany 1991: 67).

aproveitada para desvelar os mistérios da fonação – desde sempre preteridos face aos da articulação –, mostrando-se esta *potencia elocutiva* como um seguimento daquilo a que Fernão de Oliveira (1988 [1536]) chamou de “espírito, arrancado do estamago, que assovia pelas ilhargas da língua” e que Mateo Alemán (1606) considerou ser uma *percurción del aire del pulmón*. Esta *potencia elocutiva* afasta-se, pois, do sentido que gostaríamos de lhe dar para definir a força que dá a conhecer não a propriedade existente nas coisas palavras que nada comunicam, por si sós, em isto é, mas *entre* as coisas. Com esta preocupação, adivinhamos uma outra que passou a interessar os especialistas: a da sintaxe da língua. Benot explica-a do seguinte modo:

Pensar únicamente en las palabras y prescindir de las cláusulas en que reside esa incontrastable potencia elocutiva, sería tanto como creer que el Aire mueve las alas del molino. No; quien hace voltear las asas (...) es el viento; es el Aire animado de velocidad. (Benot, 1910: 19)

O paralelismo língua/matéria leva-nos até uma concepção da língua como um corpo que vai adquirindo diversas formas ao longo do tempo, encaixado que está na engrenagem da natureza sujeita às leis da Física e da Química. Assim o define Capmany:

Una lengua viva es un cuerpo inmortal que siempre crece sin tasa y sin medida siguiendo los progresos del entendimiento humano. Un permanente nivel y equilibrio lo mantiene la naturaleza en el mar, que todo el caudal que recibe de los rios lo despide despues por evaporación. La elevación del océano anegaría la tierra, más la superabundancia de una lengua nos facilitaría la verdadera expresión de todos nuestros conceptos y afectos (Capmany, 1991)

A língua é, portanto, algo que faz parte da engrenagem do universo e que cumpre, pela sua abundância, a sua função comunicativa e expressiva. É neste sentido, também, que Raphael Bluteau (1712-1728) vê o léxico: como entidade capaz de conter tudo o que é *dezible*. Na *Prosopopeia*, define como um Mundo Literário o “vocabulário” e estabelece os seguintes paralelismos: *las letras son los elementos, las dicciones los mixtos e las noticias los Astros*. A consciência cósmica das coisas acentua nestes homens a noção, já presente nos seus antecessores, de que a língua é um sistema perfeitamente organizado segundo uma hierarquia fundada em funções muito bem definidas.

### 3.2. As invenções

Um mundo novo apresenta-se ao homem de então com a chegada do telégrafo, do fonógrafo, da locomotiva e dos paquetes transatlânticos, imagens muito marcantes do progresso, que os gramáticos põem ao serviço das suas exposições. Uma das grandes questões linguísticas do século XIX (cf. 1.4.) prende-se com a tentativa de reforma ortográfica que leva a confrontos entre os defensores de uma linha etimológica e os defensores de uma linha fonetista, isto é, uma tensão entre a

tradição e a inovação, numa época em que coexistem, no dizer de Eduardo Benot (1888), o “modesto remo e a poderosa hélice<sup>10</sup>”.

A defesa de um ajuste preciso da grafia à pronúncia é preconizada por um Eduardo de la Barra que defende que a escrita deve ser um fiel reflexo da prosódia. Esta cópia precisa da realidade é a mesma que logram “las huellas en el cilindro del fonógrafo” as quais “reproducen la voz que allí las marcó, con perfecta identidad” (1897-1898: 14).

Numa época em que a língua francesa se converte, como já dissemos, num modelo para a Europa, gerando nos dois países ibéricos a reacção de puristas contra os galicismos e contra as estruturas da língua francesa, o maior símbolo da Revolução Industrial – o caminho-de-ferro<sup>11</sup> – é convocado, por um Capmany (1991), para auxiliar no ataque à língua protagonista. Para o autor, o Francês faz parte de “aquellas lenguas que tienen una especie de moldes ó patrones para las frases y como unos carriles señalados por donde rueden las oraciones”. Acusa, deste modo, a demasiada rigidez da ordem dos elementos na frase face à liberdade permitida pela língua castelhana, “menos atada e uniforme en su sintaxis”. Não será esta liberdade, no entanto, tão profunda como a permitida pela sintaxe latina, apenas autorizada pelo rigor dos casos.

### 3.3. Os engenhos

Para explicar o afã de limpar as línguas dos seus excessos, os gramáticos servem-se de outras analogias que continuam a explorar o contributo do aparato instrumental, seja ele artesanal ou mais mecanizado. A Real Academia Española propõe-se limpar, fixar e dar esplendor à língua<sup>12</sup>, tendo como emblema o *crisol* onde os metais vão a lume a fim de se verem libertos das impurezas, isto é, dos *errores* dos vocábulos ou dos modos de falar, da ignorância, da afectação, do descuido e da demasiada liberdade de inovação. No prólogo do *Diccionario de Autoridades*, é-nos explicada a simbologia do *crisol*: ele é o exame das *voces*, representadas pelo metal, e o fogo é o trabalho da Academia.

Se a metáfora da RAE é bastante rica, a da *Academia della Crusca* supera-a sobremaneira, razão pela qual nos permitimos apresentá-la também. Partindo da ideia de que é necessário separar o trigo do joio, a mais antiga academia transforma-se numa autêntica indústria da panificação, assumindo-se como a peneira da língua, sem a qual não se pode chegar à farinha, como nos aclara Margarita Freixas Alas, numa tese sobre as autoridades no primeiro dicionário da Academia Espanhola:

<sup>10</sup> É interessante verificar que Benot repete esta analogia nas duas obras já citadas. Não há nela qualquer menosprezo pelo antigo: pelo contrário, afirma, em guisa de exemplo, que a moderna Química, a que tanto deve a ciência do seu tempo, se serve ainda dos meios e dos procedimentos que utilizavam os antigos alquimistas.

<sup>11</sup> Num ensaio intitulado *Lengua, Nación, Imperio*, María García Martín e Pedro Serra consideram ser este um símbolo da epopeia moderna, fazendo uma interessante análise da forma como a palavra é composta.

<sup>12</sup> Segundo alguns autores, entre os quais D. Tomás Escriche y Mieg (1889) que lamenta a fraca actuação da RAE na reforma ortográfica, essa divisa não corresponde à verdade.

La academia se denomina a si misma con un nombre significativo, la “crusca”, “el salvado”, la piel que se separa del beneficioso grano de trigo tras la labor de tamizado. Los académicos, con su labor de criba en la lengua, debían lograr apartar lo superfluo y lo erróneo de la lengua, esto es, la crusca: De ahí que la enseña de la Academia Della Crusca sea el “frullone”; el cedazo para separar el salvado de la harina (Alas 2003: 40).

Alas faz ainda referência ao facto de os académicos terem adoptado pseudónimos relacionados com o ambiente de uma padaria e de a decoração estar em conformidade com esse meio: o orador descansava os pés sobre a pedra de um moinho, os assentos eram peneiras com costas em forma de pás e a mesa era um grande tabuleiro. Toda esta encenação faz da *Academia della Crusca*, mais do que uma metáfora, uma verdadeira alegoria.

É, provavelmente, em cumplicidade com esta alegoria do mundo da panificação que Lázaro Carreter (1985 [1949]: 250) se refere às Letras espanholas em Itália com um fermento corruptor:

Nuestro teatro y nuestra literatura en general eran motivos de burla en el extranjero. En Italia se atribuía a las letras españolas un fermento corruptor que había hecho degenerar la poesía latina y, en los tiempos modernos, la toscaza.

### 3.4. As construções

Num mundo tornado complexo pelo surgimento das novas descobertas técnicas e científicas, não são de desprezar as alusões às construções de edifícios. Benito de San Pedro chama a atenção para o facto de as regras, por si só, não serem suficientes para se aprender uma língua. Faltará, para tal, o treino das leituras dos clássicos que escreveram numa época em que a língua estava no seu auge. Deduzimos das suas palavras que as regras são apenas um utensílio: “Què vano sería el Artificio que con solo el Compàs i la Escuadra, la Regla i el Nivèl sin otros materiales se creyese en estado de hacer ricos edificios, sobervios Palácios?” (1769: 21-22) Mas o gramático também compara as regras às pedras, dizendo que, ainda que bem trabalhadas, não formarão uma casa. O cimento da construção está na leitura dos bons romancistas. Na mesma ordem de ideias, Eduardo Benot refere que “sin piedras, sin ladrillos, sin hierro, sin materiales, en una palabra, no hay casas ni edificios de ninguna clase; pero los materiales no son casas” (1910: 27).

Comungando da mesma opinião, o autor do prólogo desta obra de Benot, publicada postumamente, num elogio ao autor, compara o mestre da língua a um cicerone indispensável na visita a uma cidade monumental. Não bastará a quem se aventura no desconhecido conhecer planos da cidade, guias, descrições e relatos de outros viajantes. Do mesmo modo, quem conhecer as regras da gramática não poderá dispensar a orientação do mestre. O elogio a Benot reside essencialmente no facto de nele se reconhecer a originalidade no tratamento do sistema oracional e de perceber relações onde os outros vêem factores desconexos. É o próprio Benot que lamenta o facto de o sistema oracional, a construção, não aparecer tratada nas gramáticas e que constata que a gramática é um estudo arqueológico só de

materiais, isto é, de *albañilería*, quando deveria de ser de “arquitectura gramatical” (1910: 31).

Num e noutro caso, a alusão à imagem dos materiais e do edifício serve para elucidar o leitor quanto à necessidade de complementaridade de acções a empreender para uma bem sucedida apropriação da língua. Talvez apenas Benot antecipe a ideia da língua como uma estrutura global que virá a ser tão cara aos estruturalistas do século XX.

## Conclusão

Entre o afã de rigor e um impressionismo não raro inflamado por paixões, entre a consciência de uma romanidade partilhada com as outras línguas e o orgulho por aquela que espelhava a sua nacionalidade nascida havia poucos séculos, os gramáticos ibéricos de Seiscentos deram início a uma intensa actividade metalingüística cuja exposição hoje se assemelharia a uma história contada a crianças. Através do recurso a analogias, aproximaram entre si a realidade prosaica e um domínio especializado do saber, ornando o discurso com as cores e as fragrâncias do seu tempo; delas não abdicaram com a passagem dos anos, não obstante a renovação das questões tratadas. Ao longo de quatro séculos de historiografia das línguas ibéricas, assistimos à fidelidade das metáforas à época dos seus autores, passando a figura humana, tão recorrente num primeiro período, marcado precisamente pelo Humanismo, a partilhar o seu protagonismo com as invenções, num segundo período assinalado pela azáfama de um real tornado objecto e substância. Como quadro de permeio entre uma e outra realidade, apenas um: a natureza, atemporal e universal, sempre cúmplice da língua no que esta oferece de mais encantatório ao homem.

## Bibliografía

- ALDRETE, Bernardo (1972 [1606]): *Del origen y principio de la lengua ò romance que oi se usa en España*, ed. Fac-similada de Lidio Nieto Jiménez. Madrid: Editorial Ciencia Nueva.
- ALEMÁN, Mateo (1609): *Ortografía Castellana*, 052, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (1822): *Grammatica Philosophica da Lingua portuguesa, ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á nossa Linguagem*. Lisboa: Na Typographia da Academia das Sciencias.
- BARRA, Eduardo de la (1897.1898): *La Reforma Ortográfica, su alcance i su historia*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia*

- de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- BARROS, João de (1540): *Gramática da Língua Portuguesa, Cartinha, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem, Diálogo da Viciosa Vergonha*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações de Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BENOT, Eduardo (1888): *Examen Crítico de la Acentuación Castellana*, José Jesús Gómez Asencio coord, Antiguas gramáticas del Castellano, Colección Clásicos Tavera, Vol. 1, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica, Biblioteca Nacional de España, Fundación Histórica de Tavera.
- (1910): *Arte de Hablar: gramática filosófica de la lengua castellana*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- BLUTEAU, D. Rafael (1712-1721): *Vocabulario Portuguez e Latino*. Vol. I. Coimbra: Collegio das Artes; vols. 2-8, Lisboa: Joseph Antonio da Sylva.
- (1727-1728) Suplemento ao vocabulario portuguez y latino, vol. 1. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva.
- (1727-1728) Suplemento ao vocabulario portuguez y latino, vol. 2. Lisboa: Patriarcal Officina da Musica.
- BONET, Juan Pablo (1620): *Redvction de las letras, y arte para enseñar a blar los mvdos*, 002, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- BORDAZAR DE ARTAZU, Antonio (1730): *Ortografía Española Española (firmamente ajustada a la naturaleza invariable de cada una de las letras)*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalho (1983): *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*, col. Temas Portugueses. Lisboa: IN-CM.
- CAPMANY, Antonio de (1991): *Observaciones Críticas de la Excelencia de la Lengua Castellana*. Ed., introd. y notas de Carlos Cabrera Morales. Col. Acta Salmaticensia (Estudios Filológicos, 243). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- CASTRO, Ivo (2002): *Galegos e Mouros*. Lisboa: Edições Colibri.
- CUBÍ I SOLER, Mariano (1852): *Historia de la Ortografía Castellana*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía*

- fia Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- ESCRICHE Y MIEG, Tomás (1889): *Reforma de la Ortografía Castellana*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- FEIJOO, Jerónimo Benito (1726): *Teatro Crítico Universal*. Texto retirado da edição de Madrid de 1778 (por D. Joaquín Ibarra da Real Compañía de Impresores y Libreros). Disponível em <http://www.filosofia.org> [Consultado em Março de 2005]
- FREIRE, Francisco José (1842): *Reflexões sobre a língua Portuguesa*. Parte Primeira e Parte Segunda. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis.
- FREIXAS ALAS, Margarita (2003): *Las Autoridades en el Primer Diccionario de la Academia Española*. Tese de Doutoramento dirigida por José Manuel Bleuca Perdices, Departamento de Filologia Española da Universidade Autónoma de Barcelona, Bellaterra.
- GÂNDAVO, Pêro Magalhães de (1981) [1574]: *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa, com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*, ed. facsimilada da 1ª ed. Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- GARCÍA MARTÍN, Ana María e Pedro SERRA (2007): “Lengua, Nación, Imperio. Ensayo y apunte bibliográfico para un estudio de las relaciones lingüísticas entre Portugal y España (1801-1900)”. In: *RELIPES – Relações linguísticas entre Portugal y Espanha desde o início do século XIX até à actualidade*. Salamanca, Celya, pp. 263-329.
- GRAMÁTICA de la lengua vulgar de España (1559), 100, José Jesús Gómez Asencio coord, *Antiguas gramáticas del Castellano*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 1, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica de Tavera.
- GUTIERREZ, Juan Antonio (1732): *Orthographia Castellana*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- LÁZARO CARRETER, Fernando (1985 [1949]): *Las Ideas Lingüísticas en España durante el siglo XVIII*. Pról. Manuel Breva-Claramonte. Barcelona: Editorial Crítica.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1983) [1576, 1606]: *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*, introdução, notas e leitura de Maria Leonor Buescu. Lisboa: INCM
- LOBATO, António José dos Reis (1804 [1770]): *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa* [...]. Lisboa: impressão Regia.

- LOBO, Francisco Rodrigues Lobo (1991 [1618]) *Corte da Aldeia*, Introdução, notas e fixação de textos de José Adriano Carvalho. Lisboa: Editorial Presença.
- LUNA, Juan de (1623): *Arte breve y compendiosa para aprender a leer, escribir, pronunciar...*, José Jesús Gómez Asencio coord, *Antiguas gramáticas del Castellano*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 1, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica de Tavera.
- MAYANS Y SISCAR, Gregorio de (1737): *Origenes de la Lengua Española, compuestos por varios autores [...]*. Tomos I y II. Madrid: Juna de Zuñiga.
- MONLAU, Pedro Felipe (1863): *Del Arcaísmo y el Neologismo*. Madrid: Imprenta Nacional.
- MOURELLE-LEMA, Manuel (1968): *La Teoría Lingüística en la España del Siglo XIX*. Madrid: Editorial Prensa Española.
- NEBRIJA, António de (1990) [1492]: *Gramática de la lengua Castellana*, estudio y edición de Antonio Quilis. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces.
- OLIVEIRA, Fernão de (1988) [1536]: *Gramática da Lingoagem Portuguesa*, ed. Fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- \_ (1971 [1536]): *Diálogo em louvor da língua portuguesa*, reprod. Facsimilada de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PALAFX Y MENDONZA, Juan de (1604): *Breve Tratado de escribir bien, y de la perfecta Orthographia*, 043, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- REMERENTIA, Mariano de (1843): *Conferencias gramaticales sobre la lengua castellana ó elementos esplanados de ella*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- RODRIGUEZ DE AUMENTE, Domingo Antonio (1770): *Defensorio de la lengua castellana y verdadera orthographia contra los padastros, bastardos, y superfluidades de ella*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.
- RÓS, Carlos (1732): *Practica de Orthographia para los dos Idiomas castellano y Valenciano*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica Tavera.



- SÁNCHEZ MOLINA, Diego (1789): *Arte de Deletrear, y leer los Idiomas, Castellano y Latino, por Teórica y Practica*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación histórica Tavera
- SAN PEDRO, Benito de (1769): *Arte del romance castellano*, María José Martínez Alcalde coord, *Textos Clásicos sobre la Historia de la Ortografía Castellana*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 10, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación histórica Tavera.
- VILLALÓN, Cristóbal de (1558): *Gramática Castellana: Arte breve y compendiosa para saber hablar*, José Jesús Gómez Asencio coord, *Antiguas gramáticas del Castellano*, Colección Clásicos Tavera, Vol. 1, Serie VIII, Lingüística y antecedentes literarios de la Península Ibérica. Biblioteca Nacional de España: Fundación Histórica de Tavera
- VERNEY, Luís António (1949 [1ª ed. 1746-1747]): *Verdadeiro Método de Estudar*, 5 vols. ed. org. por A. Salgado Júnior. Lisboa: Sá da Costa.